



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO IBEROAMÉRICA: ENDEREÇAMENTOS GLOBAIS E ENUNCIÇÕES LOCAIS

Ângela Cristina Alves Albino

UFCG

angela.educ@gmail.com

Maria Vitória Oliveira dos Santos

UFCG

profmvitoriaods@gmail.com

Resumo

O estudo apresenta uma análise das diferentes prioridades formativas elencadas por docentes da Rede Estadual da Paraíba-PB, por meio de ação planejada pelo projeto “Formação Continuada na Educação Básica: as práticas curriculares como eixos de desenvolvimento profissional”. Destaca-se de forma breve, o contexto político em que se propõe bases de formação inicial e continuada e tensiona as considerações dos docentes sobre sua formação frente ao documento: Metas Educativas para a Educação que Queremos nos Bicentenário 2021, organizado pela Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa documental e grupos focais com escutas pedagógicas e trata-se de um recorte de pesquisa maior que poderá ser verificado em produções já publicadas e referenciadas em Albino e Rodrigues (2023). O estudo encontrou um cenário de construção de múltiplas identidades locais e a construção dos compromissos com os processos de aprendizagem e ensino, o que não condiz com um currículo único e nem “barato” em termos de financiamento, mas uma conexão entre saberes locais, coletivos e individuais dos envolvidos. As expectativas de formação docente apontadas na pesquisa desenvolvida no território local Paraíba/Brasil são analisadas à luz/sombra das políticas engendradas pelas políticas globais tomando como referência, as metas estabelecidas de forma direta para formação docente que estão elencadas no documento lançado pela OEI em 2010, no documento: “Metas educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos bicentenários” (2010). A partir da justificativa de combate às desigualdades, as organizações ou agrupamentos multilaterais assumem o lugar de conselheiros de governos sobre as políticas que devem ser importantes em suas agendas



estatais. Na educação, temos um processo de envergadura substancial e direcionador quando se trata de políticas curriculares de formação. Nesse processo direcionador, existe o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial que são algumas das instituições que estabelecem desenhos e percursos de conhecimento para as sociedades em (sub)desenvolvimento. As agências multilaterais, com seus direcionamentos em relação às políticas de formação docente, têm representado a fornalha, enquanto espaço de queima ampliada em que tudo cabe para fazer o forno funcionar, manter a combustão da produção *ascendente*. De toda forma, a nossa compreensão política reside no fato de que as fagulhas representam os atravessamentos da fornalha como aquilo que escapa à própria queima. A docência como ato existencial *políticopoetico* transborda a borda, se solta em brasa da fornalha. Ultrapassa explicações essencializantes pelo seu potencial transbordante, apesar de súbito, seu poder de fogo. Ao processo de pensar as políticas curriculares de formação, consideramos pertinente destacar o fundamento de Dias (2013, p.475) de que, “[...] considerar as relações locais, regionais e globais na produção de políticas curriculares possibilita uma análise relacional que permite identificar diferentes concepções sobre as políticas, os diferentes sujeitos e suas respectivas posições nos diversos contextos”. Busca-se referenciar prioridades formativas sinalizadas por docentes da rede de Educação Básica da Paraíba. Destaca-se que a partir de sua vivência profissional, os docentes entram em contato com uma vasta quantidade de ações formativas, designadas por termos diversos, que se desenvolvem após a sua formação inicial, mas sempre localmente referenciada. A partir das enunciações docentes sobre o tempo para a formação continuada, o documento de metas para o bicentenário (OIE, 2010) se aproxima de outras agendas multilaterais ao considerar o número de docentes como problema de gestão. É explícito ao afirmar que “[...] o principal problema enfrentado pelas políticas docentes é dos grandes números que envolvem, tanto pelo número e diversidade de decisões pendentes, como por serem um dos maiores corpos profissionais” (Rodrigues, Albino, Silva 2021, p.136). A docência se apresenta, no texto político da agenda de metas, como solução, transformação e culmina em problema de custo. Se temos um grande contingente de docentes, é porque temos milhares de alunos e escolas necessitando de educação e desenvolvimento humano. No Brasil, no embate para o novo Fundeb (2019), representantes do “Movimento todos pela educação” advogam que não era necessário aumentar a contribuição da União ao fundo, além dos 15%, pois o problema do financiamento da educação era de ineficácia na gestão dos recursos. As enunciações docentes fagulham em



torno da pseudo-importância do seu papel frente ao tratamento dado quando se precisa remunerar e organizar o seu tempo de formação. Nessa questão, foi solicitado que apontassem as necessidades de desenvolvimento profissional, ao mesmo tempo que indicassem uma avaliação de intensidade formativa nas áreas selecionadas. Concentrando a maior escolha formativa é a que aponta a formação para trabalhar com alunos com deficiência que obteve 1.979 marcações, seguido de formação em habilidade de habilidade em tecnologia da informação e comunicação, com 1.258 marcações e a que se destina às políticas intersetoriais de intercâmbios com outras instituições (Universidades, órgãos públicos, Ongs) com 1.231 marcações, além do ensino em um ambiente multicultural/intercultural, com 943 marcações. Em oposição com nenhuma necessidade formativa, a gestão de sala de aula e compreensão da área de ensino evidenciaram os maiores números com 1.238 e 1.217 marcações respectivamente. Os aspectos que se referem ao domínio mais individual e específico de atuação profissional dos pesquisados, sugerem menor intervenção formativa. No contexto de endereçamento das metas para educação (OEI, 2010), no bicentenário da independência, é preciso entender a formação docente na combustão comum dos organismos internacionais em que as definições comuns não bastam por si, mas faz-se necessário assegurá-las para manter o alinhamento com os organismos internacionais em que estão os países ibero-americanos. Assim, tomado como ponto de alcance de metas, o bicentenário há que questionar as formas sutis e colonizadoras de planejamento educacional das agências multilaterais: que outros tronos simbólicos arrematam os modelos curriculares? Onde estão concentrados o ouro e as casas de fundição? Que concepção de docência e valorização profissional acompanha as proposituras das agendas? O que se aponta é que a valorização profissional/salarial é requisito fundamental para encaminhar um processo de formação continuada. O tempo docente precisa ser redimensionado entre a afirmação da integralidade e qualidade educacional. Tempo de dedicação integral precisará vir acompanhado de remuneração justa e formação referenciada em instituições sérias e produtoras de pesquisa, tomando como exemplo nossas IES públicas e não agências de produção de saberes mercantis e de apelo coach para empatia profissional. A formação docente não pode ser reduzida a custo, mas a investimento nos sistemas de ensino internacionais. As enunciações docentes, são fagulhas imprescindíveis para tomarmos como ponto fundamental, da avaliação do próprio desenvolvimento profissional em meio ao conjunto de agendas que se aglutinam, agora, para 2030.



Referências

ALBINO, Ângela Cristina Alves. RODRIGUES, Ana Claudia da Silva;; SILVA, Patrícia. “OBRIGADA POR NOS OUVIR”: a escuta como instância privilegiada nos/dos processos de planejamento da formação continuada dos docentes. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 23, n. 2, p. 211–226, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10446319. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/leia/article/view/2144>. Acesso em: 7 ago. 2025.

DIAS, Rosanne. E. Demandas das Políticas Curriculares para a Formação de Professores no Espaço Ibero-americano. *Revista e-Curriculum* (PUCSP), v. 11, p. 461-478, 2013.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. ALBINO, Ângela Cristina Alves. SILVA, Rafael Honorato. Disputas curriculares em torno da formação inicial e continuada no Brasil: anunciações políticas das entidades científicas. *Revista Currículo Sem fronteiras*, v. 21, n. 3, p. 1486-1505, set./dez. 2021.

OEI. *Metas educativas 2021: la educación que queremos para la generación de los bicentenarios*. 2010.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (OEI). *Miradas sobre la Educación en Iberoamérica*. Metas Educativas 2021. Secretaria General Iberoamericana. Naciones Unidas (CEPAL), septiembre de 2010, pp.337.

PARAÍBA. *Edital N° 35/2021 – SEECT/FAPESQ/PB PESQUISAS CIENTÍFICAS APLICADAS À EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NA PARAÍBA*.